



IMPRESSO

CAMP- Centro de Assessoria Multiprofissional
Pça. Pereira Parobé, nº 130 - 9º andar – Centro
CEP 90030-170 – Porto Alegre/RS

vento sul



FSM 15 Anos
O Espírito de
Rebeldia Voltou
Pág. 03

Direitos Humanos
Ocupando
Territórios
Pág. 04

Pessoas em Situação de
Rua Conectando Vivências
com Economia Solidária
Pág. 05

Fundos Solidários
Semeando a Autonomia
dos Coletivos
Pág. 06

Num momento tão delicado da jovem democracia brasileira, ter o pé fincado nos princípios da educação popular visando uma sociedade mais justa e equitativa, faz o CAMP reafirmar seu papel nas lutas populares. Por esse e outros motivos que esta edição do Vento Sul é tão significativa.

Nesta construção o CAMP tem forte atuação no Fórum Social Mundial, pois entende que é neste espaço diverso, alicerçado por pessoas que buscam na luta a construção de outro mundo possível que o diálogo, e o intercâmbio cultural e a pauta acontece. Seguimos em espaços de importante fortalecimento como a ABONG que tem como uma das suas principais pautas o Marco Regulatório das OSCs. Temas que aprofundamos nesta edição.

Como as demandas da sociedade são diversas, as linhas de atuação do CAMP não seriam diferentes. Assim, o novo desafio da instituição, junto com outros parceiros é a implementação do Centro de Referência de Direitos Humanos que inicia seus trabalhos junto com esta edição. Em outro projeto temos a experiência de trabalhar economia solidária com pessoas em situação de rua. E como a economia solidária é pauta permanente em nossos trabalhos, contamos como acontece a criação e fortalecimento dos Fundos Solidários da Região Sul e o Centro de Formação e Assessoria (CFES).

Contamos nessa edição, também, a atuação no projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social implementado no Paraná, no qual desenvolvemos processos de mobilização e organização comunitária com o objetivo de qualificar os espaços coletivos de moradia. Já as articulações enquanto América Latina tem perpassado nossa atuação junto ao CEAAL - Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe.

E como o momento é de reflexão e construção, neste ano seguimos com o Café com Debate, atividade que tem objetivo de debater a conjuntura e fortalecer a luta popular.

Enfim, a conjuntura de desmonte do Estado e dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos que temos vivenciado no último período reafirma nosso compromisso em fortalecer as lutas e a organização popular por direitos humanos, cidadania e justiça social. Para nós, "Se o presente é de luta, o futuro é nosso!" Che Guevara.

Boa leitura!



Em maio, aconteceu a assembleia do CAMP que contou com a presença do conselho diretivo, direção, sócios/as e trabalhadores/as. Na pauta estava: prestação de contas dos orçamentos dos projetos finalizados e em execução, ações dos projetos e diretrizes e eixos estratégicos da instituição.

As diretrizes aprovadas na assembleia de dezembro de 2015 foram:

- a) continuar se posicionando e atuando publicamente na defesa de tema que apontam para construção de uma sociedade mais justa e solidária;
- b) trabalhar de forma transversal com o tema da cidadania;
- c) fortalecer a Educação Popular como estratégia de Organização para a Transformação Social;
- d) fortalecer as ferramentas de comunicação e de sustentabilidade do CAMP.

Além disso, os eixos estratégicos a serem trabalhados são:

- 1) formação e debates públicos;
- 2) articulação e incidência política;
- 3) comunicação e
- 4) gestão democrática e mobilização de recursos.

Esses eixos foram construídos coletivamente durante a assembleia do CAMP de 2015, para que todos os envolvidos possam somar esforços na concretização das propostas.

Ainda, os projetos em andamento, são: Fundos Solidários e Eco-sol e POP Rua Secretária Nacional de Economia Solidária; Moradia Urbana com Tecnologia Social apoiado pela Fundação Bando do Brasil e Plataforma EAD para Economia Solidária em parceria com o Conselho Britânico.

Por fim, o conselho diretivo tem elaborado as estratégias da entidade sendo um momento de qualidade para instituição com cooperação e afinação entre conselho e a equipe.

FSM 15 Anos

O Espírito de Rebelia Voltou

Porto Alegre possui uma relação íntima com os processos do Fórum Social Mundial. Não só porque foi a sede das primeiras edições, de 2001 a 2005, mas porque sua escolha se deu pelas experiências do Orçamento Participativo e da participação social.

Nascido na cidade, a partir de 2006 as edições mundiais do FSM circulam pelo mundo. Mas a cidade nunca perdeu seu vínculo com seus processos. Por isso, a edição realizada em janeiro de 2016 comemorativa aos 15 anos do FSM foi especial. Não só porque reuniu milhares de pessoas, mas porque possibilitou uma troca entre as gerações que idealizaram o FSM e as novas gerações de movimentos e militantes sociais.

Centrado no Parque Far-

roupilha tendo o Auditório Araújo Vianna como palco principal, foram realizadas centenas de atividades autogestionárias, a Feira de Economia Popular e Solidária, o Acampamento Intercontinental da Juventude e a tradicional Marcha de Abertura.

A inovação ficou por parte da Atividades de Convergências, doze no total, que possibilitaram, de forma inédita, que houvesse um processo coletivo e antecipado de preparação e uma grande participação de vários setores em sua realização.

O Camp vê o FSM como um espaço privilegiado de articulação das lutas das trabalhadoras e trabalhadores internacionalmente, como espaço de troca de experiências e como ambiente para



construção de agendas e lutas para incidência nacional e internacional. Por isso, desde o princípio, tem sido ator nestes processos. Seja participando intensamente do processo organizativo do FSM, seja acolhendo as lideranças de das entidades e movimentos parceiros de

outras partes do Brasil ou do Mundo, seja organizando atividades durante o evento. Neste ano, realizamos uma atividade sobre educação popular em direitos humanos que contou com a participação de Gilberto Carvalho, Maria do Rosário e Oscar Jara.

ABONG

Articular a Resistência, Radicalizar a Democracia

Reunir nacionalmente uma rede de organizações da sociedade civil que atuam na defesa de direitos para, de forma articulada e propositiva, incidir na agenda política nacional visando o fortalecimento da sociedade civil como base para a consolidação da democracia. Em síntese, esta é a missão da Associação Brasileira de ONGs, a Abong.

Neste ano, a Abong realizou sua assembleia geral e aprovou um Plano Estratégico Institucional com três causas centrais, quais sejam: Promoção de novos paradigmas de organização social rumo ao bem viver por meio da visibilização das alternativas que tem sido praticadas nos territórios da luta popular; radicalização da democracia por meio das articulações junto à Plataforma pela Reforma Política no sentido do aprimoramento da democracia direta e participativa e da atuação pela reconstrução do campo da sociedade civil.; Promoção de ambiente favorável à atuação das Organizações da Sociedade Civil por meio da expansão de sua capacidade de incidência nacional e das articulações com a sociedade civil planetária;

O Camp, é uma das entidades fundadoras da Abong e tem sido uma das referências da Associação na Região Sul do Brasil. Atualmente participa da Diretoria Executiva da entidade e está, em parceria com o CAPA/RS, o CETAP/RS e a ASSE-SOAR/PR organizando o VI Encontro Sul Brasileiro de Movimentos e Organizações Sociais que ocorrerá nos dias 30 e 31 de Agosto de 2016 na cidade de Francisco Beltrão, no Paraná.

As principais pautas deste encontro serão o debate sobre a conjuntura nacional e latino americana que sofre sérios riscos de retrocessos e endurecimento político, o tema da implementação do novo Marco Regulatório das OSCs, a conhecida Lei 13.019/2014 e o debate sobre a mobilização de recursos tanto nacionais quanto internacionais

Um novo Marco Regulatório para o Acesso a Recursos Públicos pelas OSCs

Depois de décadas de luta, as organizações da sociedade civil conquistaram através da aprovação da Lei 13.019/2016 o reconhecimento como atoras e sujeitos sociais na política pública brasileira.

As chamadas ONGs eram um instituto não jurídico, por assim dizer. A ONG era aquilo que não era outra coisa. Neste ambiente de indefinições a insegurança jurídica era o que imperava. Daí para a criminalização do trabalho das OSCs era um pulinho. Sempre ao sabor do momento político e dos interesses em jogo.

Felizmente, com a aprovação da nova lei, há um marco regulatório que organiza o acesso por parte das OSCs aos recursos públicos. E não é pouca coisa. Estima-se que cerca de 5% do PIB são repassados por meio dos antigos convênios a organizações da sociedade civil. Estes processos estavam no limbo e agora terão um tratamento bem mais republicano.

O novo Marco Regulatório, apelidado do MROSC, traz dentre suas novidades a seleção das OSCs por meio de Chamamento Público, a criação de instrumento próprio na figura dos Termo de Fomento ou Termo de Colaboração, a possibilidade de utilizar recursos públicos para pagamento de despesas administrativas e de recursos humanos da própria organização, a prestação de contas simplificada e com foco nos resultados do trabalho social e não apenas nas atividades meio ou na burocracia do processo.

Esta nova lei já é uma realidade para a União e os Estados. Para os municípios tem sua vigência prevista para 01 de janeiro de 2017, justamente o dia em que as novas prefeitas e prefeitos tomarão posse. A Abong e o Camp estão promovendo uma série de atividades e encontros de capacitação e formação. Maiores informações pelos nos sites www.abong.org.br ou www.camp.org.br.

Direitos Humanos

Ocupando Territórios

Com o atual desmonte das políticas públicas que visam o bem-estar do cidadão, a pauta de Direitos Humanos se faz cada vez mais urgente. Assim, a criação do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) vem da articulação com Levante da Juventude, Coletivo de Direitos Humanos e CAMP para atender pessoas que tiveram seus direitos violados, mas também, atendimento de informativos e orientadores sobre questões de direitos humanos, atuando nas comunidades Glória, Cristal e Cruzeiro em Porto Alegre. O diferencial do CRDH é ser um espaço de prestação de serviços, para cuidar dos casos específicos de violação de direitos.

O espaço do CRDH abriu suas portas em julho deste ano, porém os trabalhos da equipe de atendimento iniciaram muito antes. Para a elaboração de estratégias de atuação, o CRDH realizou um diagnóstico participativo, com a verificação de dados nos sistemas públicos, conversas com lideranças das comunidades e ainda uma pesquisa de campo com algumas famílias sondando sobre a percepção destas sobre direitos humanos e as principais violações que identificam nos seus territórios.

Esse diagnóstico foi apresentado para as lideranças para validação, porém já foi verificado que não há um ou mais temas chaves, pois as violações acontecem simul-

taneamente, assim a equipe será desafiada para atuação mais abrangente. Porém, é possível verificar que o principal promotor de violação é a questão da moradia que acaba incidindo fortemente em outros fatores.

O cidadão e/ou a cidadã poderá buscar, no CRDH o atendimento para obter informações sobre seus direitos e nos casos de violação ser orientado como proceder e encaminhar para as redes de atendimento, como: Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Redes de Saúde, Centros de Referência em Assistência Social, Ministério Público, entre outros. No espaço teremos: advogado, assistente social, psicólogo, agentes comunitários e assistente administrativo que irão acompanhar o andamento dos encaminhamentos, dando uma assessoria a cada caso.

Outro aspecto importante na dinâmica do Centro é que as relações estabelecidas são permeadas pela educação popular em direitos humanos, no qual o CAMP e as outras instituições possuem profunda experiência. A luz da educação popular permitirá trabalharmos no empoderamento e apropriação dos direitos pelo cidadão oportunizando a este a construção de sua autonomia e sujeito de direitos. O último fator é de extrema relevância para o momento em que nosso país se encontra, já que muitos direitos sociais que foram duramente conquistados estão sendo desmontados.



Em Porto Alegre já há dois Centros de Referência, ambos na região Central da cidade, logo o CRDH nos Bairros Glória, Cruzeiro e Cristal vem para atender comunidades que estão em situação de vulnerabilidade. Estas comunidades já tem uma história de militância e violação de direitos. Nelas aconteceram reuniões do Orçamento Participativo, Comitê da Copa. E é notável as cicatrizes deixadas pelas obras da Copa. Atualmente, na Cruzeiro não há mais campos de futebol, local onde as crianças e adolescentes usavam, no lugar do campo foram construídas avenidas, logo, nas comunidades, há poucos ou nenhum espaço de convivência para fazer atividades sadias.

Neste contexto o CRDH será, também, um ambiente de integração e fortalecimentos dos moradores onde serão feitas formações, atividades de interação, oficinas, a Tenda da Cidadania entre outras atividades que estão sendo arquitetadas visando não apenas o atendimento

individual, mas, também as demandas do coletivo com incidência no território. Assim, as instituições atuantes têm muito a contribuir nesta construção uma vez que o Levante da Juventude tem ampla atuação nas periferias, não só em Porto Alegre, mas também em outras cidades do Brasil, o Coletivo de Direitos Humanos que é composto por várias redes e movimentos somando-se as experiências do CAMP em Educação Popular e Direitos Humanos.

Sabemos que direitos são indivisíveis, logo, os atendimentos prestados no Centro abarcaram a pluralidade das necessidades das pessoas da comunidade. Trata de todos os direitos das pessoas: sociais, políticos, culturais entendendo o fator social total do sujeito. Mas, teremos um olhar especial a juventude negra de periferia que vem sendo exterminada. As ações voltadas para cultura serão uma importante ponte de diálogo e vínculo para superação destas violações.

Pessoas em Situação de Rua Conectando Vivências com Economia Solidária

O Projeto Economia Solidária e População em Situação de Rua: estratégias de valorização do saber-fazer a partir da inclusão socioeconômica e da autonomia da População em Situação de Rua na Região Metropolitana de Porto Alegre, visa promover a inclusão socioeconômica, a autonomia e a cidadania da População em Situação de Rua a partir dos princípios da Educação Popular com horizonte na Economia Solidária com vistas à superação da pobreza extrema.

O convênio celebrado com o Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Economia Solidária iniciou em outubro de 2014. Para o início das atividades houve o curso de agentes multiplicadores, pessoas que acompanhariam a desenrolar do projeto

e também seriam referências do projeto em seus territórios com foco no fortalecimento de vínculos nos territórios. Nestes cursos foram abordadas temáticas, como: direitos humanos, políticas públicas para pessoas em situação de rua, economia solidária entre outras. Entre os participantes estavam representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, do Jornal Boca de Rua, da Superintendência da Secretaria do Trabalho e Emprego, do Fórum de Economia Solidária, trabalhadores dos equipamentos, entre outros atores.

Com o amadurecimento do projeto, as oficinas de fomento e incubação dos coletivos já ocorrem em três polos: Porto Alegre em parceria com a Escola Porto Alegre, em Canoas com apoio do Departamento de Saúde Mental



e em Novo Hamburgo articulando com a Economia Solidária e a Secretaria de Desenvolvimento Social.

O objetivo das oficinas é a aproximação dos participantes do projeto para construção de coletivos de geração de trabalho e renda a luz da Economia Solidária, entendendo, também, que este projeto trilha para o fortalecimento das pessoas em situação de rua enquanto cidadãs e cidadãos de direitos e a visando a importância destas pessoas estarem organizados para o tensionamento da criação e/ou continuidade de

políticas públicas. Assim, tecemos a parceria com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua Região Sul, uma vez que este projeto é uma reivindicação do movimento e também visando o fortalecimento do movimento nestes municípios.

O projeto encerrará em abril de 2017, até lá pretendemos formar três coletivos de produção nas cidades polos, mas principalmente que possamos ter oportunizado a reflexão destes sujeitos para a emancipação do pensar e a construção de sua autonomia política, social e econômica.

Além da Moradia, um Direito de Construir Outras Relações



Moradia é um direito fundamental às pessoas reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e nos últimos 10 anos o Governo Federal aplicou políticas públicas para assegurar esse direito. Entre as ações mais relevantes está o programa Minha Casa Minha Vida.

A Fundação Banco do Brasil, além do financiamento do Banco, também buscou incidir de forma propositiva nas relações interpessoais que seriam geradas a partir daquele território. Surge então o Projeto

Moradia Urbana com Tecnologia Social com o objetivo de promover a reaplicação de tecnologias sociais em empreendimentos habitacionais urbanos.

O Projeto formou parceria com CAMP e outras instituições, para a execução das ações. As ações são: *Transformando Realidades por Meio da Mobilização e Organização Comunitária* e a segunda tecnologia de escolha do coletivo: *Produção Agroecológica de Alimentos em Meio Urbano: Horta Urbana*.

O CAMP está atuando em duas

comunidades: uma no distrito de Bartira próximo a Rolândia com 47 famílias beneficiárias e outra em Paranavaí com 445 famílias beneficiárias, ambas no Paraná. O primeiro passo, em ambas comunidades, foi uma assembleia com os moradores para a construção do plano de trabalho e apresentação da metodologia. A etapa seguinte foi o autorecenseamento. Este instrumento viabiliza a efetiva participação dos moradores com o qual eles se descobrem, reconhecendo suas próprias particularidades, problemas e potencialidades, semelhanças e relações existentes, por meio do levantamento de informações de si mesmos.

Após esta etapa as informações foram sistematizadas e devolvidas a comunidade, que criou um grupo focal para trabalhar os apontamentos trazidos e planejar como será a articulação com o poder público na construção de políticas públicas para sanar as deficiências trazidas pelo empreendimento.

Já na segunda tecnologia social aplicada, foi a criação da Horta

Urbana conforme a escolha dos moradores. Para João Werllang, coordenador do projeto: *“esta prática promove o encontro das pessoas na comunidade, oportunizando a criação dos laços, vínculos e identidade que são tão importantes para o protagonismo destas pessoas”*.

A etapa final do projeto é concluir a horta urbana e algumas oficinas pontuais. João destaca: *“o principal deste projeto foi romper da lógica do individualismo com relações de interesse e expandir para relações de coletivo e cidadania”*. A união dos moradores foi promovida a partir do projeto, pois estes não se conheciam, até começarem a viver no mesmo território. Logo, os alicerces construídos na comunidade serão fundamentais para o protagonismo social deles.

O CAMP está na fase final do projeto. Este êxito é atribuído às experiências da ONG neste segmento, mas também com as práticas de educação popular na construção horizontal na qual incide diretamente na autonomia do sujeito.

Fundos Solidários Semeando a Autonomia dos Coletivos



Sananduva-RS

O projeto de Fortalecimento e Expansão das Iniciativas de Fundos Solidários na Região Sul vem com o intuito de ampliar e fortalecer as experiências de fundos solidários já existentes na região sul, em especial as experiências de Fundos Rotativos. As estratégias para alcançar este objetivo vão desde a sensibilização e capacitação de lideranças e grupos apoiados por fundos solidários como na constituição de novos fundos rotativos comunitários solidários e ainda oferecer assessoria técnica qualificada entre outras ações.

O projeto, que teve início em 2014, é fruto de um projeto anterior celebrado entre o CAMP e a SENAES, o qual teve, dentre seus objetivos o mapeamento e o debate da realidade de diferentes modalidades de fundos solidários da região. Neste mapeamento foi diagnosticado um forte potencial dos fundos já existentes na região, mas também a potencialidade para criação de novos. Assim, com a segunda chamada pública da SENAES o CAMP teve a oportunidade de prosseguir com acompanhamento dos fundos solidários, que tem seu término previsto para setembro de 2016

Foram realizadas, até o mo-

mento, seis reuniões da Rede Nacional de Fundos Solidários tendo o objetivo de articulação, construção e fortalecimento da Rede Nacional de Fundos Solidários. Estas reuniões aconteceram em Brasília/DF, Salvador/Bahia, no Rio Grande do Sul nos municípios de Santa Maria e Ijuí; Fortaleza/Ceará. Ocorreu, ainda, uma reunião para ampliação da Rede de Fundos Solidários com entidades parceiras em março de 2016 em São Paulo/SP.

Dentre as metas do projeto destacamos, também, a de ampliação e fortalecimento da rede de Fundos Solidários através da promoção do diálogo, da articulação e qualificação da gestão dos Fundos Solidários da Região Sul das quais já foram realizadas 17 oficinas em Passo Fundo/RS, Ponta Grossa/PR, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, Blumenau/SC, Londrina/PR, Lapa/PR, Camboriú/SC, Foz do Iguaçu/PR, Cidreira/RS.

O projeto está envolvido na constituição e fomento de novos fundos, entre rotativos e mistos. Entre os Fundos Rotativos estão: Fundo Rotativo Solidário Bem Viver vinculado ao Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo, Fundo Rotativo Integridade de Blumenau apoiado pela RESVI (Rede de Econo-

mia Solidária do Vale do Itajaí), Fundo Rotativo Solidário das Mulheres Camponesas fundado pelo Movimento das Mulheres Camponesas em parceria com a Coopervita (Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida, de Tapejara), Fundo Solidário Rotativo Olhares do Sul, em processo de constituição, Cooperativa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e o Fundo de Habitação de Maringá/PR vinculado a Coohabras (Cooperativa Habitacional de Maringá) e a ARAS (Associação de Reflexão e Ação Social de Maringá). Já os mistos, são: Fundo Solidário AMME (Associação Amigos e Amigas por um Mundo Melhor) e Fundos Solidário Ubuntu (eu sou porque nós somos).

Além disso o projeto atua na construção de dois novos Bancos de Sementes Crioulas um em Frederico Westphalen e outro, sem local definido, que ainda está em fase de análise pelos agricultores, mas que já foram realizados seminários e reuniões de articulação. A relevância da criação dos Bancos de Sementes é que estas ficam num ambiente de temperatura estável preservando suas propriedades de germinação por mais tempo.

O resultado de todo este traba-

lho será impresso em 02 cartilhas. Uma delas para auxiliar na reflexão sobre a gestão de Fundos de Fomento, e outra para orientar a construção de Fundos de Bancos de Sementes Crioulas. Os dois materiais de apoio estão em fase de elaboração.

O tema das Finanças Solidárias tem sido melhor divulgado e ampliado na Região Sul do Brasil. Por isso, está sendo demandado por vários coletivos. Fator este refletido na execução das ações, uma vez que muitas das metas estabelecidas já foram cumpridas para além do indicado no início do projeto.

Assim, é consolidado o compromisso do projeto com a construção da autonomia de grupos, fóruns e coletivos através do fomento da constituição de novos fundos rotativos solidários na Região Sul, bem como, através do fortalecimento das ações dos que já existem.

Vale ressaltar que para a plena execução das atividades o projeto atua junto a coletivos da economia solidária, Fóruns, redes, Movimentos Sociais, guardiões de sementes crioulas, associações, cooperativas, entidades de apoio e fomento, incubadoras e povos tradicionais (de matriz africana, ciganos/as, quilombolas e indígenas).



Itatiba do Sul-RS

América Latina e Caribe fortalecendo a Educação Popular

O CEAAL – Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe é um movimento de educação popular, que em rede, atua e acompanha processos de transformação educacional, social, política, cultural e econômica das sociedades da América Latina e do Caribe, em cenários locais, nacionais e regionais, em diálogo com o mundo, à soberania e à integração dos povos, a justiça social e a democracia a partir das perspectivas dos direitos humanos, igualdade de gênero, multiculturalismo crítico e opção política ética, educativa

e emancipadora.

O CAMP está na coordenação do CEAAL há oito anos por convergirem nas práticas de educação popular comum as duas instituições na compreensão da importância do fortalecimento e fomento destas práticas nos territórios onde atuam.

Para fortalecer a educação popular com seus pares há a integração do Paraguai, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil com o objetivo de ampliar o diálogo permanente entre estes países com propostas de políticas democráticas e promoção da educação popular.



Nos últimos anos o CEAAL tem buscado ampliar sua atuação. Uma das estratégias é que atualmente podem se filiar ao conselho: ONG, Movimentos Sociais, Núcleos Acadêmicos e Pessoas Individuais. Aglutinando várias frentes da sociedade civil organizada é possível dar mais visibilidade e legitimidade as instituições

e as pessoas envolvidas sendo uma via de mão dupla.

A pauta para o próximo encontro do CEAAL que ocorre em julho no México é debater as democracias na América Latina e Caribe e qual o papel do conselho e filiados frente aos desafios impostos pela direita que tem o retrocesso como estratégia de governo.

Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial

A Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária – Rede CFES – iniciou suas atividades em 2013 fazendo parte das políticas públicas do Governo Federal, executadas pela, então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com objetivo de apoiar e fortalecer a economia solidária como uma política de promoção do desenvolvimento territorial solidário e sustentável com ênfase na organização social, autogestionária e democrática. Desde então o projeto tomou corpo e espaço conquistando pessoas e territórios.

Nesta caminhada, o CEFES trabalhou a formação em três eixos: Identidade Política Pedagógica e Processos de Sistematização; Formação Inicial em Economia Solidária e Formação em Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial Solidário Sustentável e Superação da Pobreza e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária. As formações foram destinadas a educares, agentes, instrutores, trabalhadores com atuação em áreas convergentes ao objetivo do projeto.

Para público da formação inicial foi pautado as relações de trabalho no sistema capitalista e as relações construídas através da economia

solidária como uma alternativa ao modelo exploratório de produção. Dando luz Economia Solidária que se constitui numa forma de enfrentamento e resistência para a superação das formas de segregação da vida e a opressão que são concretizadas pelos processos capitalistas.

Já na etapa de em Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial Solidário Sustentável e Superação da Pobreza e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária a estratégia foi explicitar a desigualdade sócio econômica produzida pelo sistema capitalista e apresentar as práticas de autogestão nos territórios como uma prática de humanização dos processos produtivos e as relações interpessoais. As práticas autogestionárias abordadas foram: educação popular para transformação, finanças solidárias, redes e cadeias produtivas e de cooperação e por fim produção, comercialização e comércio justo e solidário.

Ainda, houve três cursos de Educação Popular e Assessoria Técnica na Economia Solidária com oficinas territoriais para perceber a dinâmica da comunidade e a partir deste olhar construir as proposições das temáticas, tais como: desenvolvimento, capitalismo, bem-viver e gênero nos quais o saber-fazer foi o fio condutor das atividades.



Café com Debate

Iniciamos o Café com Debate 2016 numa situação complexa em nosso país, na qual a democracia foi usurpada dando espaço para o desmonte dos direitos sociais, políticos e culturais. Assim o assunto em debate não poderia fugir aos fatos. A Cartografia da Crise apresentada por Carlos Winckler, professor de sociologia da UFRGS, vem para contribuir na compreensão dos fatos que antecederam o golpe e refletir nas estratégias daqui em diante.

Compreender a história dá luz para questionarmos o presente e abraçar o futuro. Assim, Winckler elaborou a análise de fatos do cenário nacional e internacional para nos aproximar do que hoje ameaça nossa jovem democracia.

Dos aspectos decisivos Winckler destaca a crise capitalista desde os anos 70 com declínio da regulação social via Estado de Bem-Estar Social e o êxito ideológico do neoliberalismo como filosofia total. Na América Latina acentua para a antecipação das políticas neoliberais

na forma de ditaduras: na Argentina em 1976 e no Chile 1973 e no Brasil em 1964 com o desenvolvimento autoritário.

Nos anos 80, no Brasil, destaque para incorporação de direitos sociais universalizastes com a criação da Constituição do Brasil e influência neoliberal no meio empresarial. Já no final dos anos 90 vivenciamos a pobreza, o endividamento e a subordinação financeiro reflexo das experiências liberais/neoliberais as quais adotaram a abertura comercial e a paridade com moedas como o dólar.

A conjuntura favorável para exportações combinada com políticas de incentivo ao mercado de consumo interno, políticas industriais e regionais focalizadas, distribuição de renda via aumento real salários, políticas sociais, emergência social de novos assalariados, aceleração da desconcentração econômica de estados como Pernambuco, Bahia e Ceará são a marca dos Governos Lula e Dilma nos últimos anos.

Hoje, a crise política que o



Brasil enfrenta é fruto da quebra do pacto social tácito vigente desde 2003. Somado a isso o conflito distributivo (em um país onde a concentração de renda e propriedade é imensa), conflitos com clivagens regionais devido à desconcentração do desenvolvimento, ressentimentos sociais de setores de classe média com emergência novos assalariados. Os primeiros sintomas foram as manifestações de 2013.

Representantes e instituições Associação Vitória Régia, Caritas/RS, Residência Integrada em Saúde (RIS UFRGS), Coletivo do Vereador Marcelo Sgarbosa, Movimento Outra Visão,

LGBT, Instituto Brava Gente, Raiz Urbana, Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Povos de Matriz Africana (FONSANPOTMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Centro de Referência de Direitos Humanos, Professores de Sociologia e cidadãos e cidadãs interessados em refletir sobre a conjuntura e encontrar seus pares para fortalecer a luta a favor da democracia e soberania do povo.

Por fim, Winckler, nos agradeceu com uma rica biografia, juntando autores de diversos segmentos para continuarmos a reflexão. Esta lista está disponível em nosso site

FEICOOP um espaço de construção

O maior evento de Economia Solidária da América Latina será realizado entre os dias 8 e 10 de julho, em Santa Maria-RS. A 23ª Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop) e 12ª Feira Latino Americana de Economia Solidária contam com a sua presença!

O evento, que com diversos expositores, é também um espaço de construção e fortalecimento das lutas populares. Nesta edição, como nas anteriores a junção de instituições, apoiadores, empreendimentos e sociedade em geral criaram um importante e fundamental espaço de debates as vistas no cenário político atual.

A Feicoop é promovida pelo Projeto Esperança/Cooesperança, da Arquidiocese de Santa



Maria, com apoio de Cáritas, Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), Prefeitura Municipal de Santa Maria, Instituto Marista Solidariedade (IMS), Fórum Brasileiro e Gaúcho de Economia Solidária, entre outras entidades.

6º ENCONTRO SULBRASILEIRO DE ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS

DE 30 e 31 de Agosto de 2016 | Francisco Beltrão/PR

Em tempos de intenso debate político sobre o país, e mudanças institucionais em curso a Abong realizará o VI Encontro Sulbrasileiro de Organizações e Movimentos Sociais tendo como objetivo o fortalecimento das organizações da sociedade civil a partir da troca de experiências e do aprofundamento de temas específicos, em especial, o início de vigência do novo Marco Regulatório de Acesso a recursos Públicos por parte das OSCs.

O objetivo geral é reunir representações das principais organizações e movimentos sociais do sul do Brasil para um diálogo sobre a atual conjuntura nacional e regional e, em especial, o impacto da nova Lei Federal 13.019/2014 nas parcerias entre o Poder Público e as OSCs na execução das políticas públicas.